

Quando a chuva para a empresa: o risco climático além do dano material

Eventos extremos podem interromper operações, comprometer receitas e afetar fornecedores. Entenda como o risco climático pode chegar ao caixa das empresas e onde o seguro entra nessa equação

Uma chuva intensa pode deixar uma empresa sem funcionar mesmo quando o prejuízo não está apenas nas paredes, nos equipamentos ou no estoque. A interrupção da operação pode significar perda de receita, manutenção de despesas e dificuldades para cumprir contratos e atender clientes.

O problema também pode começar fora da empresa. Um fornecedor atingido por uma enchente, uma estrada interditada ou a interrupção de serviços essenciais podem afetar a atividade mesmo quando o imóvel da empresa permanece intacto.

Esse cenário ajuda a explicar por que o risco climático passou a ocupar espaço nas discussões sobre continuidade dos negócios, gestão de riscos e proteção financeira.

Em setembro de 2026, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) divulgou o relatório final do Grupo de Trabalho Seguro Catástrofe. O documento estima que cerca de 9% das perdas econômicas decorrentes de desastres climáticos no Brasil sejam cobertas pelo mercado de seguros, diante de uma média mundial de aproximadamente 45%.

O relatório reúne contribuições do setor público, mercado segurador e ressegurador, entidades representativas, academia e especialistas e discute instrumentos de proteção financeira, seguros, resseguros, mercado de capitais, prevenção, dados e modelagem de riscos.

O prejuízo pode continuar depois da chuva

O primeiro impacto de um evento climático costuma ser material. Uma enchente pode danificar máquinas, instalações e mercadorias. Mas, para uma empresa, o custo pode continuar enquanto a operação estiver interrompida.

Uma indústria que precisa parar a produção pode deixar de vender durante o período de paralisação. Um comércio pode perder mercadorias e ficar temporariamente sem atender clientes. Já uma empresa de serviços pode depender do restabelecimento de energia, internet, transporte ou acesso ao imóvel para voltar a funcionar.

É nesse ponto que o risco de interrupção ganha importância.

A empresa precisa considerar não apenas quanto custaria reparar os danos, mas também quais seriam os efeitos de ficar sem operar durante determinado período.

O risco também pode estar na cadeia de fornecedores

A exposição não termina na porta da empresa.

Imagine uma indústria que depende de uma matéria-prima produzida em outra cidade. Se uma inundação interromper a atividade desse fornecedor, a indústria poderá enfrentar dificuldades para manter sua própria produção.

O mesmo pode ocorrer com transportadoras, centros de distribuição e prestadores de serviços essenciais.

Por isso, o planejamento de riscos climáticos pode incluir o mapeamento de fornecedores críticos e

de estruturas cuja indisponibilidade teria impacto direto sobre a operação.

A lógica é especialmente importante diante de eventos que podem atingir simultaneamente diferentes pontos de uma mesma região.

Eventos extremos continuam no radar

Os dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) ajudam a dimensionar a exposição.

Em julho de 2026, o órgão enviou 157 alertas relacionados a riscos hidrológicos e geológicos e registrou 77 ocorrências de origem hidrogeoclimática. O boletim também apresenta diagnósticos e cenários de impactos sobre diferentes setores econômicos.

O risco, porém, não é igual para todas as empresas.

Localização, infraestrutura, atividade econômica, histórico de ocorrências e dependência de determinados fornecedores podem alterar significativamente o nível de exposição.

É por isso que informações sobre o território e sobre o histórico de eventos são importantes tanto para a prevenção quanto para a avaliação dos riscos.

Onde o seguro entra?

O seguro pode fazer parte da estratégia de transferência de riscos de uma empresa.

Em uma apólice empresarial, por exemplo, podem existir coberturas destinadas a determinados danos ao patrimônio. Também podem ser contratadas proteções relacionadas a perdas financeiras decorrentes da interrupção das atividades, conforme as condições do produto.

É importante, porém, diferenciar essas situações.

Uma máquina danificada representa um dano material. Já a receita que deixa de ser obtida porque a empresa precisou interromper suas atividades representa outro tipo de impacto financeiro.

É nesse segundo cenário que podem aparecer coberturas relacionadas a lucros cessantes, quando previstas no contrato e aplicáveis ao evento ocorrido.

Por isso, ter um seguro não significa que todo prejuízo estará automaticamente coberto. A análise deve considerar as garantias contratadas, limites de indenização, franquias, períodos de cobertura e riscos excluídos.

Dados ajudam a conhecer a exposição

A tecnologia também vem sendo utilizada para melhorar a avaliação dos riscos climáticos.

A CNseg disponibiliza uma Ferramenta de Riscos Climáticos que integra dados territoriais, históricos, hidrológicos, geológicos, climáticos e observacionais. A solução permite consultar o nível de suscetibilidade de áreas a eventos como alagamentos, deslizamentos e incidência de raios.

Para o setor segurador, informações desse tipo podem apoiar a avaliação e a subscrição de riscos. Para empresas e gestores, podem contribuir para identificar pontos de maior exposição e orientar medidas de prevenção.

A utilização de dados também ajuda a substituir uma análise baseada apenas no histórico recente por uma avaliação mais ampla das características de cada região.

Prevenção e seguro fazem parte da mesma estratégia

A gestão do risco climático não começa quando o sinistro acontece.

Medidas como proteção de equipamentos, revisão de sistemas de drenagem, planos de emergência, identificação de fornecedores alternativos e definição de procedimentos para retomada das atividades podem reduzir os impactos de uma ocorrência.

O seguro entra como parte dessa estratégia ao permitir a transferência de determinados riscos financeiros, de acordo com as coberturas contratadas.

A prevenção, portanto, não substitui o seguro, assim como o seguro não elimina a necessidade de prevenção.

O que a empresa deve avaliar?

Antes de contratar ou renovar uma proteção, algumas perguntas podem ajudar a dimensionar o risco:

- Quais eventos climáticos representam maior exposição para a atividade?
- Quais equipamentos, estoques ou instalações são essenciais para a operação?
- Quanto tempo a empresa conseguiria permanecer sem funcionar?
- Quais fornecedores são críticos para a continuidade do negócio?
- Quais coberturas estão previstas na apólice?
- Quais são os limites de indenização e franquias?
- Existem riscos excluídos?
- Há proteção para perdas decorrentes da interrupção das atividades, quando aplicável?

A resposta varia conforme o perfil de cada empresa. Uma indústria, um comércio, uma transportadora e uma empresa de tecnologia podem ter exposições completamente diferentes.

Seguro Catástrofe amplia discussão sobre proteção

O debate sobre Seguro Catástrofe busca justamente discutir mecanismos capazes de ampliar a proteção financeira diante de eventos de grande impacto.

O relatório da Susep reúne propostas e análises envolvendo seguros, resseguros, mercado de capitais, prevenção e mecanismos públicos de resposta. O grupo também discutiu a disponibilidade de dados e modelagem, considerados importantes para o desenvolvimento de soluções de proteção.

Para o setor segurador, o avanço dessa discussão envolve avaliar novos modelos de cobertura, melhorar a compreensão dos riscos e ampliar o uso de informações capazes de apoiar a gestão das exposições.

Para as empresas, significa incorporar o risco climático ao planejamento financeiro e operacional.

O que fica depois da chuva

O impacto de um evento climático não termina necessariamente quando a água baixa ou quando os danos físicos são contabilizados.

A empresa ainda pode precisar recuperar equipamentos, reorganizar fornecedores, atender clientes, manter despesas e retomar a produção.

Por isso, olhar para o risco climático significa perguntar não apenas “quanto custa reparar?”, mas também “o que acontece com o negócio enquanto a operação está parada?”

A resposta passa por prevenção, continuidade dos negócios, dados, planejamento e mecanismos de proteção financeira. O seguro é uma dessas ferramentas e sua efetividade depende das coberturas e condições estabelecidas em cada contrato.

Perguntas e respostas

Uma empresa que sofre uma enchente pode acionar qualquer seguro empresarial?

Não. A possibilidade de indenização depende das coberturas contratadas e das condições previstas na apólice. É necessário verificar se o evento está contemplado, além de limites, franquias e riscos excluídos.

O seguro pode proteger contra perdas provocadas pela paralisação?

Existem coberturas relacionadas a perdas financeiras decorrentes da interrupção das atividades, como os lucros cessantes. A aplicação depende da cobertura contratada e das condições estabelecidas no contrato.

O que a empresa pode fazer antes de um evento climático?

Mapear áreas vulneráveis, identificar fornecedores críticos, adotar medidas de prevenção, estabelecer planos de continuidade e revisar as coberturas de seguro são algumas das medidas que podem fazer parte da gestão de riscos.

CNseg participa de debates sobre seguros e garantias em projetos de parcerias

Hailton Madureira e Laíne Meira representam a entidade no Fórum Nacional de PPPs e Concessões 2026, em Brasília

O diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Hailton Madureira, e a superintendente de Relacionamento com o Poder Executivo da entidade, Laíne Meira, participam, em 11 de novembro, em Brasília, do Fórum Nacional de PPPs e Concessões 2026.

Promovido pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República (SEMPI), em parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, o evento reunirá representantes dos setores público e privado para discutir os desafios e as oportunidades relacionados às parcerias e concessões no Brasil.

Hailton Madureira participará, às 15 horas, do painel “Seguros e Garantias em Projetos de Parcerias”, que discutirá o papel desses instrumentos na estruturação e na gestão de riscos de projetos de infraestrutura. Já Laíne Meira participará, às 11 horas, do painel “Apresentação de Produtos”, voltado à apresentação de soluções relacionadas ao mercado de parcerias e concessões.

Já Laíne Meira apresentará às 11 horas dois produtos desenvolvidos pela CNseg, em parceria com o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), voltados a soluções relacionadas ao mercado de parcerias e concessões: o “Manual Técnico de Capitalização como Instrumento de Garantia em Concessões e Parcerias Público-Privadas” e o “Manual Técnico de Seguros para Contratos de Concessões e Parcerias Público-Privadas”.

Em sua edição de 2026, o Fórum terá como tema central “10 anos do PPI: Programas de Parcerias como Iniciativa de Estado”, em referência à trajetória do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A programação abordará temas como financiamento da infraestrutura, governança contratual, prevenção e solução de conflitos, seguros e garantias, gestão de riscos, mutabilidade contratual e impactos da reforma tributária sobre projetos de infraestrutura.

O evento também contará com debates sobre experiências nacionais e internacionais em programas de parcerias, além de salas temáticas dedicadas a aspectos operacionais e estruturantes das PPPs e concessões. A programação inclui ainda discussões sobre infraestrutura ambiental, resíduos sólidos urbanos, verificação independente, aproveitamento imobiliário e fortalecimento das capacidades institucionais para a implementação de projetos complexos.

Ao reunir autoridades públicas, investidores, operadores, instituições financeiras, organismos internacionais, estruturadores, consultores e especialistas, o Fórum busca ampliar o diálogo entre os setores público e privado e contribuir para o fortalecimento do ambiente de investimentos e para o avanço de projetos de infraestrutura e serviços públicos no país.

Para obter mais informações, conferir a programação e se inscrever no evento, acesse forumnacionalppps.presidencia.gov.br

Fragmentação financeira ameaça funcionamento do resseguro global

Estudo da Geneva Association destaca riscos ao mercado mundial em razão das tensões geopolíticas

A eficiência do mercado global de seguros e resseguros está sob ameaça velada em virtude das tensões geopolíticas. Esta é uma das principais conclusões de um novo estudo da [Geneva Association](#) (ou Associação de Genebra). O relatório *Global financial fragmentation: implications for the Insurance and Reinsurance Industries* examina a gradual fragmentação financeira global e afirma que as mudanças nos fluxos de capitais, investimentos e riscos entre os países geram efeitos adversos sobre seguradoras e resseguradoras. Embora não haja, por ora, sinais de risco de colapso do sistema financeiro global, a tendência de regionalização dos fluxos financeiros pode tornar o setor de seguros menos eficiente, elevar seus custos e aumentar sua vulnerabilidade.

Reconfiguração do mercado gera perdas

O relatório explica que a fragmentação financeira ocorre quando as decisões de investimento, financiamento e alocação de capital passam a ser cada vez mais influenciadas por interesses geopolíticos, sanções econômicas, divergências regulatórias e restrições aos fluxos internacionais de recursos. Os sinais dessa reconfiguração do sistema financeiro incluem a redução gradual da participação do dólar nas reservas internacionais; o crescimento das reservas em ouro e em moedas alternativas; o redirecionamento dos investimentos estrangeiros para países politicamente alinhados; a expansão de sistemas alternativos de pagamentos internacionais; e o aumento das sanções financeiras e das restrições regulatórias. Em outras palavras, a globalização financeira, cada vez mais seletiva e estruturada em blocos geopolíticos, afeta diretamente os mercados de seguros e resseguros, dada sua forte dependência da integração internacional.

A Associação de Genebra lembra que as resseguradoras globais atuam como grandes distribuidoras de riscos, absorvendo perdas em diferentes países e redistribuindo esses riscos em escala mundial. Quando os fluxos de capitais e as transferências de riscos passam a enfrentar barreiras geopolíticas, essa função se torna menos eficiente.

As barreiras regulatórias e financeiras reduzem a capacidade global de resseguro e podem concentrar as operações em determinadas regiões. Na prática, isso significa que menos empresas estarão dispostas a assumir riscos em mercados considerados geopoliticamente sensíveis; que o custo do resseguro tende a aumentar; e que as seguradoras precisarão manter mais capital próprio para cobrir os riscos. Nesse cenário, o resultado pode ser o encarecimento dos seguros para empresas e consumidores.

Pulverização de riscos tende a se regionalizar

A pulverização dos riscos assumidos pelas resseguradoras é estratégica para seus resultados. Isso porque uma resseguradora pode compensar perdas em um país com resultados positivos em outros mercados. A fragmentação, portanto, reduz essa capacidade de diversificação. Segundo o estudo, esse processo pode elevar a volatilidade dos resultados, aumentar a exposição a eventos catastróficos regionais e favorecer a concentração de riscos dentro de blocos geográficos.

As políticas de investimento das seguradoras e resseguradoras também são afetadas.

Como grandes investidores institucionais, esses grupos dependem da diversificação global para equilibrar risco e retorno. Em um ambiente de fragmentação financeira, o estudo aponta para uma tendência de ampliação dos investimentos em ativos domésticos, redução da exposição a mercados estrangeiros e aumento dos custos de proteção cambial (*hedge*).

Outras consequências das tensões geopolíticas incluem maiores dificuldades para a transferência internacional de recursos, a movimentação de garantias financeiras e a recuperação de créditos de resseguro, além da retração das operações em moeda estrangeira. Em momentos de estresse financeiro, essas restrições podem agravar problemas de liquidez e solvência, afirma o relatório.

Cenários possíveis

O estudo apresenta três cenários para avaliar os impactos potenciais da fragmentação financeira. No primeiro, denominado segmentação, as restrições afetam principalmente países considerados rivais geopolíticos. Nesse contexto, a pesquisa projeta uma queda de cerca de 35% na capacidade de resseguro desses mercados e uma alta de aproximadamente 8% nos preços do resseguro, com efeitos limitados sobre o restante do sistema. A conclusão é que a fragmentação localizada gera impactos relevantes, mas não sistêmicos.

No segundo cenário, denominado realocação, o relatório considera uma expansão da fragmentação para uma parcela maior dos mercados financeiros. Entre os efeitos previstos estão a migração da capacidade de resseguro para países politicamente alinhados; a retração de até 30% do volume de negócios em regiões menos integradas; o aumento da concentração regional dos riscos; e a redução da eficiência global na transferência de riscos. Ainda assim, o estudo considera que o setor conseguiria se adaptar sem enfrentar uma crise estrutural.

O terceiro cenário, denominado amplificação, é o mais severo, pois combina a fragmentação financeira com um choque de mercado, como uma escalada de sanções, o congelamento de reservas internacionais, uma crise de crédito ou uma forte alta dos juros. Nesse ambiente, a fragmentação atua como amplificadora da crise, podendo provocar forte deterioração do capital das seguradoras, aumento das necessidades de liquidez, vendas forçadas de ativos e pressões sobre a solvência de algumas empresas. Segundo o relatório, o problema não está apenas na fragmentação em si, mas também no fato de ela reduzir a capacidade do sistema de absorver choques quando ocorrem.

Os impactos da fragmentação financeira global são múltiplos. Para empresas e consumidores, esse cenário pode significar seguros mais caros, menor oferta de cobertura para riscos complexos e ampliação das lacunas de proteção, especialmente nos mercados emergentes.

Diante desse contexto, seguradoras e resseguradoras precisam rever suas estratégias, reforçar a liquidez, diversificar parceiros e incorporar os riscos geopolíticos às decisões de negócio. O desafio para os reguladores será encontrar o equilíbrio entre a proteção das economias nacionais e a preservação da cooperação internacional, indispensável para garantir a capacidade do setor de responder a crises cada vez mais frequentes e complexas.

A avaliação é que a fragmentação não ameaça a sobrevivência do mercado global de seguros, mas exige uma adaptação profunda para preservar sua função essencial de proteção econômica em um mundo mais dividido e incerto.

Perfil da Geneva Association

- A Geneva Association é o único *think tank* global que reúne exclusivamente os CEOs das maiores empresas de seguros e resseguros do mundo.
- Fundada em 1973 com sede em Zurique, Suíça, a organização tem como missão identificar e analisar tendências de longo prazo que impactam o setor, promovendo o papel estratégico dos seguros na construção de resiliência social e econômica.
- Conta com 100 membros seniores que gerenciam trilhões de dólares em ativos (US\$ 25 trilhões), encarregados de proteger 2,7 bilhões de pessoas no mundo.
- A Associação de Genebra colabora diretamente com líderes políticos, reguladores e acadêmicos para moldar o futuro da gestão de riscos globais em áreas como **mudanças climáticas, estabilidade financeira, saúde e transformação digital**.

A semana no 'Notícias do Seguro': envelhecimento da população, seguros de pessoas e proteção para quem vai de carro ao Uruguai

Especialistas alertam que o envelhecimento da população, a redução do número de contribuintes e as novas relações de trabalho exigem maior planejamento financeiro

Envelhecimento da população exige mudanças na Previdência e no planejamento para a aposentadoria

O rápido envelhecimento da população brasileira e as mudanças nas relações de trabalho colocam novos desafios para a Previdência. Especialistas reunidos no **Fórum Nacional de Seguros de Vida e Previdência Privada**, em São Paulo, defenderam a necessidade de separar a rede de proteção social oferecida pelo Estado da Previdência contributiva capitalizada.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, defendeu uma articulação multissetorial permanente, nos moldes da mobilização realizada durante a reforma tributária, para levar o debate ao Congresso, à academia, à mídia e, principalmente, às novas gerações.

“A gente precisa dar consciência, principalmente para as novas gerações que estão entrando ou que entraram há pouco no mercado de trabalho, quem tem hoje menos de 30 anos, talvez até 35, a gente tem que ser honesto com eles e dizer para eles: ‘Você não vai se aposentar’. Tenha clareza disso, porque o sistema atual está falido.”

Segundo Oliveira, o atual modelo foi concebido na década de 1960, quando a realidade demográfica brasileira era muito diferente. Em 1980, havia **15 habitantes para cada aposentado e quatro contribuintes sustentando cada benefício**. Hoje, são cinco habitantes e apenas **1,8 contribuinte por aposentado**. A projeção apresentada no evento indica que essa relação pode cair para **1,5 contribuinte já em 2032**.

As transformações também atingem a própria estrutura das famílias, cada vez menores, e a forma como a sociedade organiza os cuidados durante a velhice.

“Você vê que a questão do cuidado, né, do idoso, historicamente sempre foi uma atribuição da família. Por quê? Porque você tinha 10 filhos, um deles ia ficar para cuidar dos pais. Hoje o cuidado do idoso é do idoso, né? Todas as famílias estão se organizando para isso, as pessoas vão se organizando ao longo da vida. E a previdência não é diferente. As pessoas vão ter que compreender que a atribuição estritamente exclusivamente ao estado de cuidar da previdência, cuidar da renda da do idoso, não é mais possível.”

Para o presidente da CNseg, enfrentar esse cenário exige uma grande articulação nacional e uma mudança cultural, com maior atenção à formação de poupança individual e ao planejamento financeiro ao longo da vida.

? Você sabia? Seguro Fiança Locatícia protege o proprietário e facilita a vida do inquilino

Quem aluga um imóvel precisa apresentar uma garantia ao proprietário — e uma das alternativas disponíveis é o **Seguro Fiança Locatícia**.

O produto tem como principal objetivo garantir o pagamento do aluguel caso o locatário enfrente algum problema e não consiga cumprir essa obrigação.

Dessa forma, o proprietário reduz o risco de prejuízos, enquanto o inquilino conta com uma alternativa para oferecer a garantia necessária à locação.

É importante lembrar que o Seguro Fiança Locatícia **não substitui o contrato de aluguel**. Ele funciona como uma garantia adicional para as partes envolvidas.

? Seguros de pessoas movimentam R\$ 10,5 bilhões em indenizações até julho

O volume de indenizações relacionadas aos **seguros de pessoas chegou a R\$ 10,5 bilhões entre janeiro e julho deste ano**, segundo relatório da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi).

O resultado representa crescimento de **5,4%** em relação ao mesmo período de 2025.

Do total pago, aproximadamente **52% correspondem aos Seguros de Vida**. Outros **22%** vieram do Seguro Prestamista, produto que pode quitar ou amortizar uma dívida em caso de morte ou incapacidade do segurado. Os **Seguros de Acidentes Pessoais responderam por 11%** das indenizações.

Os números mostram recursos chegando aos segurados e beneficiários em diferentes situações e ajudam a dimensionar o papel dos seguros de pessoas na proteção financeira.

? Tá na rede! Vai de carro ao Uruguai para a Libertadores? Confira os cuidados antes de pegar a estrada

A Libertadores entrou na reta decisiva, e o Brasil já garantiu três representantes na semifinal: **Flamengo, Palmeiras e Fluminense**. Com isso, haverá pelo menos um brasileiro na decisão, marcada para **28 de novembro, no Estádio Centenário, em Montevidéu, no Uruguai**.

Para o torcedor que pretende acompanhar seu time e fazer a viagem de carro, o planejamento começa antes mesmo de pegar a estrada.

Além de revisar pneus, freios e itens de segurança e conferir a documentação necessária, é preciso ficar atento aos seguros exigidos para circular no país.

Um deles é o **Seguro de Responsabilidade Civil do Proprietário ou Condutor de Veículos Terrestres em Viagem Internacional**, mais conhecido como **Seguro Carta Verde**. Obrigatório para veículos brasileiros em viagens aos países para os quais essa exigência se aplica no Mercosul, ele oferece cobertura para danos causados a terceiros.

Também é importante verificar se o **Seguro Auto** contratado no Brasil tem validade no país de destino e quais coberturas estão previstas na apólice. Dependendo da seguradora e do produto, determinadas proteções podem estar incluídas ou precisar de contratação adicional.

Assim, o torcedor pode cuidar do carro e da viagem antes de seguir rumo à decisão.

Fonte: CNseg, em 02.10.2026